

DIREITOS & SONHOS

O que a Defensoria Pública Estadual
tem feito para garanti-los no Maranhão



Acesse o conteúdo desse Relatório
pelo QR Code ou pela página
<https://bit.ly/2UyRMQx>



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

f /dpema @defensoriama @DefensoriaMA

Rua da Estrela, 421, Praia Grande, Centro, São Luís - MA
CEP: 65010-200

Fone: 3231-5819 / 3222-5321 / 3221-6110 / 3232-3908 /
3221-4743 / 3231-0958 / 3232-0338

defensoria.ma.def.br/



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão





Alberto Pessoa Bastos - Defensor-geral do Estado

Na instituição desde 2010, atuou na área de execução penal e atualmente está vinculado ao Núcleo de Defesa do Consumidor. Foi, ainda, vice-presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos entre 2012 e 2014. Em âmbito nacional, assumiu a coordenação da Defensoria Pública do Consumidor (Dpcon) e conquistou o Prêmio Inovare 2016 com o projeto “Defensores do Saneamento”.



Gabriel Furtado Soares - Subdefensor-geral do Estado

Integra os quadros da instituição desde 2010, com atuações nas áreas de defesa da criança e do adolescente, além do consumidor, núcleo ao qual está vinculado. Foi vencedor do Prêmio Inovare de 2014 e 2016 com os projetos “Fortalecimento dos vínculos familiares” e “Defensores do Saneamento”, respectivamente. Também já esteve à frente da Escola Nacional da Defensoria Pública.



José Augusto Gabina - Corregedor-geral da DPE/MA

Pela segunda vez assume o cargo de corregedor-geral da DPE/MA, instituição da qual faz parte desde 2001. Nesses 18 anos de Casa, atuou em áreas como família e central de inquéritos. Atualmente está vinculado ao Núcleo de 2ª Instância. Servidor público do Estado há 27 anos, começou sua carreira nos quadros da polícia civil do Maranhão. Também foi professor do curso de Direito do Ceuma por 11 anos.

Coordenação, Produção e Distribuição Defensoria Pública do Estado

Equipe Técnica Organizadora

Elaboração e Produção Assessoria de Comunicação

Coordenação Geral Socorro Boaes

Projeto Gráfico Leandro Araújo

Texto e Edição Lucienne Santos

Colaboração Márcio André Assunção / Gisele Carvalho / Thamiris Miwa

Fotos Ascom / Divulgação / Internet

Supervisão e Revisão Alberto Bastos / Gabriel Furtado / Socorro Boaes

Impressão Gráfica Gênesis

1	- A Defensoria hoje	4
2	- Atuações que fazem a diferença	8
3	- Aperfeiçoando o Atendimento	16
4	- Defensoria Cidadã	18
5	- Reconhecimento público	24
6	- Educação em direitos	26
7	- Conquistas de gestão	28
8	- Desafios para o crescimento	32
9	- Educação e desenvolvimento	34
10	- Mais DPE no interior do Maranhão	36
11	- Diálogo com o cidadão	38

Chegamos aos 18 anos. Atingimos a maioridade e a pergunta que não quer calar: Estamos cumprindo com o nosso papel institucional de garantir direitos aos hipossuficientes? E ainda, teremos fôlego para assegurar mais uma década de justiça integral e gratuita para a população carente de nosso estado?

Na perspectiva de projetar luz a esses questionamentos, apresentamos nas próximas quase 40 páginas um panorama dos resultados alcançados pela Defensoria maranhense desde sua implementação, em 2001, bem como os caminhos que vem sendo trilhados para acelerar o processo de democratização da Justiça no nosso estado, de olho nos próximos dez anos.

Além de uma radiografia da situação atual da Defensoria, com números, recortes de realidades e comparativos, o material é enriquecido com ações, projetos, atividades, que integram uma agenda positiva em favor da população hipossuficiente do Maranhão.

Uma grande mobilização está sendo colocada em prática desde junho de 2018, quando os defensores públicos Alberto Pessoa Bastos e Gabriel Furtado Soares assumiram a Administração Superior, contando com a parceria do defensor público José Augusto Gabina na Corregedoria-Geral.

Com a premissa de garantir uma instituição mais próxima do cidadão, priorizando a resolução administrativa dos conflitos e o fortalecimento das atuações coletivas em defesa das populações vulneráveis, frutos desse movimento, que envolve capital e interior do estado, já estão sendo colhidos.

A nossa meta é continuar avançando. Queremos garantir ainda mais direitos, concretizando sonhos diversos.

E para que isso aconteça, precisamos nos dar as mãos. Temos convicção de que com a coragem e o empenho de todas as defensoras e defensores da Constituição Federal de 88, da cidadania e dos direitos humanos no nosso estado podemos colocar as políticas públicas de universalização dos direitos no Maranhão em um patamar ainda melhor.

Juntos somos mais fortes!

1. A Defensoria hoje

Temos 192 defensoras e defensores públicos

Déficit de 386 defensores

Realizamos 434.548 atendimentos em 2018

Estamos presentes em apenas 39 das 132 comarcas criadas, ou seja, 93 comarcas não têm Defensoria.

Portanto, os serviços da Defensoria chegam a apenas 30% das comarcas maranhenses

84 municípios beneficiados, entre comarcas e termos

Mais de 2 milhões e 600 mil pessoas recebem até 3 salários mínimos e são potenciais assistidos da Defensoria do MA



1. A Defensoria hoje

1.1- Justiça gratuita x advogados dativos

Estamos presentes em apenas 30% das comarcas maranhenses criadas. Aonde o nosso serviço não chega, o Estado precisa desembolsar uma grande quantia de recursos para remunerar advogados dativos nomeados pela Justiça para prestar assistência jurídica a quem não pode arcar com as custas de um processo judicial. É importante destacar que a despesa com um advogado dativo é bem mais elevada que de um defensor público.

Tribunal do Juri (criminal)

Custo unitário de um processo com advogado dativo



R\$ 16.500,00

Custo unitário de um processo com defensor público



R\$ 172,90

Audiência de custódia

Custo unitário de um processo com advogado dativo



R\$ 4.000,00

Custo unitário de um processo com defensor público



R\$ 13,23

Audiência

Custo unitário de um processo com advogado dativo



R\$ 1.100,00

Custo unitário de um processo com defensor público



R\$ 2,15

O custo de um advogado dativo pode ser até



511 vezes maior

do que de um defensor público, dependendo do tipo de procedimento

Comarcas com núcleos da Defensoria		
✓ Açailândia	✓ Coelho Neto	✓ Presidente Dutra
✓ Alcântara	✓ Coroatá	✓ Raposa
✓ Arari	✓ Esperantinópolis	✓ Rosário
✓ Bacabal	✓ Humberto de Campos	✓ Santa Helena
✓ Balsas	✓ Icatu	✓ Santa Inês
✓ Barra do Corda	✓ Imperatriz	✓ Santa Quitéria
✓ Bom Jardim	✓ Itapecuru Mirim	✓ Santa Rita
✓ Buriticupu	✓ Lago da Pedra	✓ São José de Ribamar
✓ Carolina	✓ Matões	✓ São Luis
✓ Caxias	✓ Paço do Lumiar	✓ Timon
✓ Cedral	✓ Pastos Bons	✓ Vargem Grande
✓ Chapadinha	✓ Pedreiras	✓ Viana
✓ Codó	✓ Pinheiro	✓ Zé Doca

2. Atuações que fazem a diferença

#Criança e Adolescente

A nossa atuação nesta área é responsável por salvar ou garantir melhores condições de vida a muitas crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social ou de adolescente em conflito com a lei, seja em São Luís ou no interior. Além do atendimento de rotina, defensoras e defensores que atuam na área executam projetos, que primam pelo estreitamento das relações com a comunidade e instituições que integram a rede de proteção ao segmento, potencializando ações de **educação em direitos**.



Defensores públicos e servidores durante a entrega dos kits com material escolar a 60 alunos da Escolinha Nossa Senhora de Fátima, da Vila Embatel.

?

O que + fazemos

- ✓ Visita e reuniões em órgãos e entidades que integram a rede
- ✓ Ajuizamos ações individuais para garantia de direitos, como o acesso a tratamentos de saúde, à educação, dentre outros
- ✓ Ajuizamos ações coletivas focadas em melhorias para o público infanto-juvenil



A pequena Chayellen em visita à DPE

#Moradia

Defensoras e defensores públicos trabalham para **garantir moradia digna e posse segura da terra**, na capital e interior, por meio de ações judiciais ou extrajudiciais que assegurem a permanência das famílias em suas propriedades, aluguéis sociais, quando necessários, realocação dos moradores, dentre outras medidas que priorizem a efetividade dos direitos previstos na Constituição Federal.

?

O que + fazemos

- ✓ Visitação de áreas de conflito
- ✓ Reuniões com a comunidade na busca de soluções pacíficas para a demanda
- ✓ Quando não há possibilidade de acordo, garantimos o acompanhamento de modo a evitar situações de violência e prisões ilegais de posseiros e usucapiantes

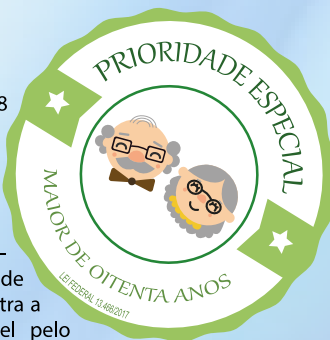


O defensor Marcus Patrício Monteiro, do Núcleo de Moradia da DPE/MA, durante visita à comunidade do Cajueiro, região de conflito fundiário situada em São Luís

2. Atuações que fazem a diferença

#Idoso

Em São Luís e nas outras 38 comarcas onde nós estamos presentes, ***todo o idoso tem direito a voz.*** Na capital, além da assistência jurídica garantida pelo núcleo especializado, contamos com os serviços do Centro de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciapvi), responsável pelo atendimento social.



Solenidade de abertura do seminário promovido pela DPE/MA, em São Luís, que contou com a apresentação da pequena Maria Vitória



O que + fazemos

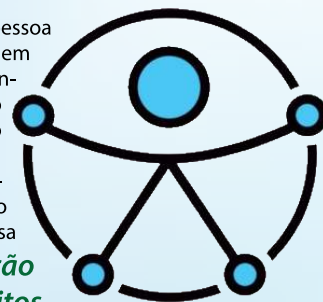
- ✓ Ações de valorização e combate à violência contra o segmento
- ✓ Visitas em domicílio, além dos abrigos e asilos
- ✓ Ajuizamos ações individuais e ou coletivas para garantia da efetividade de direitos do segmento



O defensor-geral Alberto Bastos durante entrega do cartão de prioridade especial +80, idealizado pela instituição, que prioriza ações de valorização e combate à violência contra o idoso

#Pessoa com Deficiência

Assim como o idoso, a pessoa com deficiência também encontra em nossa sede, em São Luís, atendimento diferenciado garantido pelo núcleo especializado e pelo Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Ciapd). Além da capital, os nossos núcleos regionais no interior prestam atendimento nessa área, ***priorizando a solução administrativa dos conflitos.***



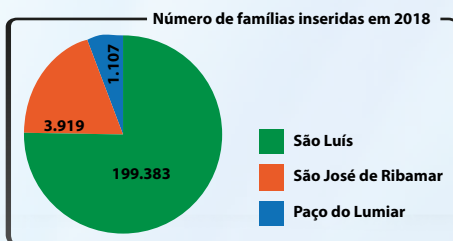
O que + fazemos

- ✓ Ações de valorização e combate à violência contra o segmento
- ✓ Visitas domiciliares e inspeções relacionadas à acessibilidade
- ✓ Ajuizamos ações individuais e ou coletivas que garantam direitos e promovam cidadania

2. Atuações que fazem a diferença

#Defesa do consumidor

Garantir atendimento integral aos consumidores que não têm condições de pagar um advogado nas esferas judicial e extrajudicial é a essência do trabalho dos defensores públicos que atuam nessa área. O nosso trabalho também tem conquistado ainda mais notoriedade com as tutelas coletivas, dentre elas, a de fomento à inserção/atualização de famílias de baixa renda no CadÚnico, que vem garantindo a milhares de cidadãos maranhenses acesso a benefícios disponibilizados pelo governo federal.



?

O que + fazemos

- ✓ Realizamos audiências de conciliação extrajudiciais
- ✓ Promovemos mediações semanais com demandas da Cemar/Caema
- ✓ Visitamos comunidades interessadas na instrução de procedimentos coletivos



#Mulher e população LGBTQ

A proteção aos direitos da mulher e da população LGBTQ é uma de nossas mais importantes bandeiras de luta. Em São Luís, desde 2011 mantemos um núcleo especializado, que vem contribuindo com a rede de proteção ao segmento no enfrentamento às violações decorrentes de questões de gênero, como a violência doméstica ou familiar, além das discriminações, dentre outros.

?

O que + fazemos

- ✓ Atendimento integral à mulher e à população LGBTQ
- ✓ Elaboração de ações criminais de iniciativa privada, como queixa-crime
- ✓ Pedidos de Medidas Protetivas de Urgência, além de ações indenizatórias nos casos de violência

2. Atuações que fazem a diferença

?

O que é o NEP

Em funcionamento desde 2007, o Núcleo de Execução Penal (NEP) ganhou sede própria em 2012, reforçando o trabalho realizado pela instituição em favor da melhoria do sistema carcerário. A atuação, que não se restringe apenas à assistência jurídica, ganha força com as inúmeras ações de caráter multidisciplinar, que incluem capacitações, desenvolvimento de projetos sociais, que contribuam para reduzir as tensões nos presídios, assegurando dignidade ao cumprimento da pena.

8.300
Atendimentos
do NEP em 2018

#Execução Penal

A despeito do crescimento experimentado nos últimos anos, a área de execução penal da Defensoria Pública estadual ainda precisa avançar bastante no Maranhão. Outro agravante é que das comarcas com Unidade Prisional de Ressocialização (UPR), 9 não conta com a presença da Defensoria. ***O não fortalecimento da instituição contribui para uma expansão quantitativa e qualitativa do superencarceramento.***

+

Mais conquistas da área

- ✓ Acompanhamento das obras de reforma e ampliação do Hospital Nina Rodrigues
- ✓ Ampliação das audiências de custódia para o interior do estado
- ✓ Estímulo ao desencarceramento feminino

Comarcas com UPR e sem núcleos da Defensoria

- | | | |
|---------------------------|----------------|----------------------|
| ✓ Grajaú | ✓ Tutóia | ✓ Carutapera |
| ✓ Barão de Grajaú | ✓ Porto Franco | ✓ Colinas |
| ✓ Governador Nunes Freire | ✓ Cururupu | ✓ São João dos Patos |

3. Aperfeiçoando o atendimento

3.1- Implantação do SGA

Realizamos uma série de intervenções e mudanças na sistemática de acolhimento das demandas acompanhadas pela instituição, na sede, em São Luís, para torná-la mais **dinâmica e eficiente**. Uma delas foi a adoção do Sistema de Gerenciamento de Atendimento (SGA livre), baseado na emissão de senhas e criação de uma identidade visual, que garantiram maior rapidez ao processo.

Tempo de espera (média)

ANTES  2h40

DEPOIS  1h30



Sistema de distribuição de senha implantado pela DPE/MA otimiza atendimento na capital

3.2- Foco na conciliação

Com a finalidade de promover o acesso da população aos seus direitos de forma mais célere e mais resolutiva, adotamos outras medidas e iniciativas nos últimos seis meses:

- ✓ Instalação do Núcleo de Conciliação na sede da instituição para fomentar a composição de acordos extrajudiciais
- ✓ Projeto Conciliar - Sistematização de uma rotina de audiências de conciliação e mediação pré-processuais na área de família, resultado de termo de cooperação assinado com o Tribunal de Justiça do Maranhão
- ✓ Capacitação de defensores públicos e servidores para utilização do Sistema Cartórios Maranhão, ferramenta eletrônica de envio e recebimento de segundas-vias de certidões, evitando não só o deslocamento dos assistidos até os cartórios em busca de documentos como a propositura de ações na Justiça

135 casos solucionados por meio de acordo, representando 90% das audiências marcadas

OUT/DEZ 2018

Mais de **200** ações evitadas na justiça

AGO/DEZ 2018

4. Defensoria Cidadã

4.1-Ser Pai é Legal

Considerando a importância do reconhecimento de paternidade para a saúde física, emocional e afetiva de uma criança, retomamos, no segundo semestre de 2018, a parceria com a Fiema/Sesi para execução deste relevante projeto. A iniciativa é voltada aos pais que levantam dúvidas sobre a paternidade, mas que, de forma espontânea, manifestam o interesse de reconhecer a criança, caso seja confirmado o parentesco.

**Mais de 760
exames de
DNA realizados**

Meta para 2019

**mais de
180 exames**



Em uma ação do projeto "Pais e Filhos", Alex Almeida teve o sonho realizado com a inserção do nome do pai, Antônio Viégas, na sua certidão de nascimento



4.2-Pais e Filhos

Com o mesmo objetivo de defender e fortalecer as famílias maranhenses, a Defensoria estadual lançou outro projeto – "Pais e Filhos: reconhecer é um ato de amor", cujo foco também é fomentar o reconhecimento de paternidade, tendo como principal espaço de sensibilização as escolas públicas. A iniciativa é voltada a famílias que decidem inserir o nome do pai na certidão de nascimento do filho.

Mais de

92

**famílias beneficiadas
AGO/DEZ 2018**



Uma das ações realizadas pela Defensoria de estímulo ao reconhecimento de paternidade, onde é coletado material para a realização do exame de DNA

4. Defensoria Cidadã



4.3 - Defensoria na escola



Com o objetivo de levarmos educação em direitos a estudantes de instituições de ensino situadas, prioritariamente, em áreas marcadas por grandes índices de exclusão social, iniciamos o Projeto Defensoria na Escola. Nos últimos três meses de 2018, estivemos em várias escolas da grande São Luís, abordando temas variados, dentre eles o sistema de garantias de populações vulneráveis.

4.4-Projeto Acolher: Em defesa das famílias das vítimas de homicídio

O drama, os traumas, os medos e as dúvidas que abalam uma família, que tem um dos membros assassinados, são inmensuráveis. Para minimizar esses impactos, começamos a levar assistência integral com atendimento jurídico e psicossocial às famílias, contribuindo para a diminuição dos danos sociais e psicológicos causados pela violência.

4. Defensoria Cidadã

4.5-Defensoria na Comunidade

Com o objetivo de levar atendimento a conjuntos habitacionais com o suporte do ônibus-escrritório, o Projeto “Defensoria na comunidade” ganhou força no segundo semestre de 2018, beneficiando além da capital, as primeiras cidades do interior do estado.



4
no interior
do estado

- ✓ Açailândia
- ✓ São Francisco do Brejão
- ✓ Davinópolis
- ✓ Imperatriz

Segundo semestre de 2018

19
comunidades
beneficiadas
em São Luís

- ✓ Codozinho
- ✓ Parque Timbira
- ✓ Itaqui-Bacanga
- ✓ Zona Rural
- ✓ Coroadinho
- ✓ Cidade Olímpica
- ✓ Forquilha
- ✓ Sacavém
- ✓ Anil
- ✓ Santa Clara
- ✓ Santa Cruz
- ✓ João Paulo
- ✓ Jambeiro
- ✓ Areinha
- ✓ Liberdade
- ✓ Sá Viana
- ✓ Cohafuma
- ✓ Vinhais
- ✓ Vila Embratel



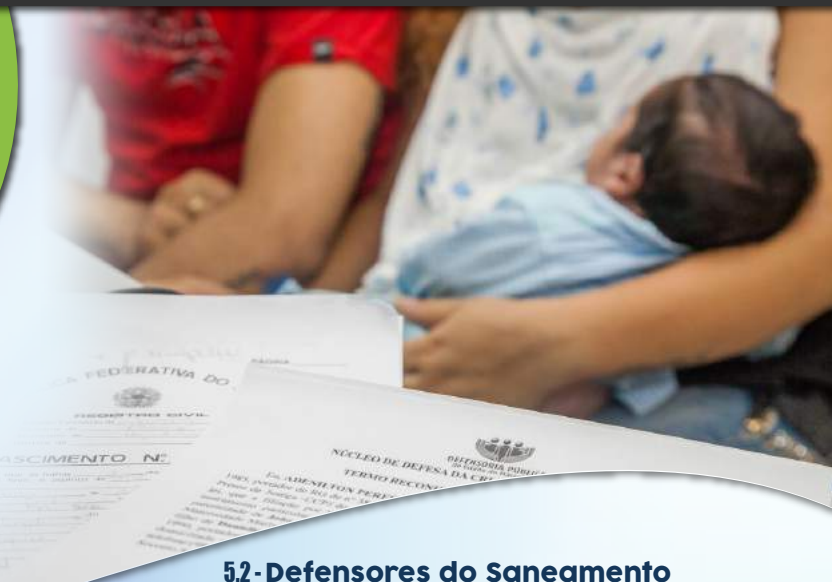
5. Reconhecimento público



A DPE/MA é a única instituição do Sistema de Justiça bicampeã do Innovare no Estado 2014 e 2016

5.1- Fortalecendo os Vínculos Familiares

Primeiro grande vencedor do Prêmio Innovare, em 2014, o Projeto Fortalecendo os Vínculos Familiares é executado em unidades prisionais, com o objetivo de incentivar o reconhecimento de paternidade entre detentos e seus filhos. Já foram emitidas **mais de 1060 certidões de nascimento**.



5.2- Defensores do Saneamento

Dois anos depois do primeiro Innovare, conquistamos mais uma vez o prêmio com o Projeto “Hipervulneráveis e o acesso ao saneamento básico: do esgoto ao mínimo existencial”, também conhecido como “Defensores do Saneamento”. Dentre os objetivos da ação está a garantia de princípios básicos da dignidade humana, dentre eles o acesso a saneamento básico, sobretudo aos moradores de áreas periféricas da capital maranhense, e combate a degradação do meio ambiente.



Alberto Bastos e Gabriel Furtado acompanhando uma das obras de saneamento básico que resultou em melhorias para a rua da Felicidade, no João Paulo

População beneficiada

Mais de 9.000 pessoas

Principais bairros impactados

- ✓ Codozinho
- ✓ João Paulo
- ✓ Coroado

Somos a instituição mais importante do país, na avaliação de **92,49%** dos brasileiros entrevistados na pesquisa de satisfação e imagem, divulgada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

6. Educação em direitos

6.1- Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

A campanha tem como proposta principal promover a sensibilização de pais e, principalmente, de profissionais da saúde e professores, para potencializar a identificação de possíveis vítimas. Diversas ações voltadas à prevenção, à notificação e à repressão desse tipo de violência estão sendo colocadas em prática pela DPE/MA.

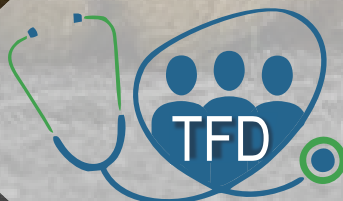


Fala comunidade

"Com o apoio da Defensoria, esperamos conscientizar a comunidade escolar para ficarmos atentos ao menor sinal dessa prática dentro do seio familiar. Juntos podemos fazer mais".

Shirley Mendonça

Diretora da Escola Comunitária João de Deus, onde ocorreu o lançamento da campanha



6.2- Tratamento Fora do Domicílio

Quem tem direito e como ter acesso a este benefício? Apesar de se tratar de uma política pública, com recursos garantidos pelo governo federal, o desconhecimento é grande. Observando essa lacuna, decidimos entrar em campo e investir em uma campanha de conscientização acerca do tema. A ação faz

parte do projeto "TFD não é favor, é direito: Defensoria Pública pela plena efetivação da política pública de tratamento fora do domicílio – TFD".

7. Conquistas de gestão

Em junho de 2018, os gestores Alberto Bastos e Gabriel Furtado, recém-empossados na Administração Superior, estabeleceram as bases da nova gestão, com o lançamento do Diagrama de Objetivos e Ações para o biênio, um compêndio

que tem como foco a interiorização de tutelas, o incentivo à resolução de conflitos administrativamente e a expansão dos serviços, tendo como base medidas de eficiência e economicidade.

DIAGRAMA DE OBJETIVOS E AÇÕES DA GESTÃO BIÊNIO 2018-2020

MISSÃO
"Garantir assistência jurídica integral e gratuita à população necessitada e vulnerável do Estado do Maranhão."

VISÃO
"Ser uma instituição com qualidade no atendimento, na promoção dos direitos humanos e instrumento de cidadania."

Interiorização da Atuação Coletiva

Tutela Coletiva

Maior proximidade com o cidadão

Atuação coletiva efetiva

Priorizar solução administrativa de conflitos

Interiorização

Defensoria Itinerante

Agendamento via internet (app e site)

Ampliação da Central de Relac. com o Cidadão

Reforço em áreas de atuação

Qualidade no atendimento

Escola Superior da Defensoria

Plano de capacitações

Criação de Comissões Temáticas

Educação e desenvolvimento

Concurso Público para Defensores

Programa de Qualidade de Vida

Estruturar Quadro de Apoio

Pessoas

Implantação do SOLAR

Sistema de Acompanhamento dos Núcleos

Biblioteca Virtual

Sistema de Gestão de Atendimento SGA

Desenvolvimento tecnológico

Manual de Procedimentos Administrativos

Plano de Comunicação Social

Comunicação

Sistema de Gestão da Qualidade

Processos

Construções Sustentáveis

Consumo Consciente

Supervisão de Prevenção de Perdas

Adoção de aplicativo de transporte privado urbano

Economicidade

Central de Honorários

Emolumentos

Fundo Estadual de Direitos Difusos e Coletivos

Convênios e Emendas Parlamentares

Aumento de arrecadação

Os projetos e medidas implantadas pela gestão significaram uma redução de gastos na ordem de cerca de **R\$ 800 mil**

7. Conquistas de gestão

7.1- Consumo Consciente

Lançado em julho de 2018, o Projeto Consumo Consciente, que visa a adoção de condutas e práticas de combate ao desperdício e conservação do meio ambiente, rendeu bons frutos, estimulando entre defensores públicos, servidores e colaboradores uma consciência crítica a respeito do tema.



META SUPERADA

Economia alcançada em janeiro de 2019 nas contas de luz, água, telefone e material de escritório
12,35%

7.2- Transporte por aplicativo

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão é a primeira instituição pública a utilizar serviços de transporte individual de passageiro acionado por aplicativo na região metropolitana de São Luís.

Economizamos cerca de
500 mil reais
com o contrato de veículos por aplicativo

R\$ 21.658,60

R\$ 1.702,98

■ Janeiro 2018

■ Janeiro 2019

Redução de
92,14%
nos gastos com transporte

DEFENSORIA MAIS FORTE



EMENDA 80/2014

É Lei. Todas as comarcas brasileiras deverão contar com unidades da Defensoria Pública até o ano de 2022. No Maranhão, 93 comarcas ainda não têm Defensoria.



NÚCLEOS REGIONAIS ECOLÓGICOS

A nossa aposta para 2019 é a instalação de núcleos em estruturas modulares metálicas, conhecidas como contêineres, que permitirá manter o processo de expansão territorial, gastando menos e de forma sustentável.



Imagem em perspectiva da fachada do núcleo ecológico

 **70% mais barato que construção de alvenaria de outra unidade da Justiça, com características semelhantes**

 **placas solares**

 **reuso de água**



EMENDAS PARLAMENTARES

Em 2019, a Defensoria receberá um incremento financeiro de cerca de **R\$ 2,3 milhões**, decorrentes de 10 emendas parlamentares

9. Educação e desenvolvimento

O aprimoramento da atuação e do atendimento prestado por defensores públicos, servidores, estagiários e colaboradores também é uma das metas de gestão, elencadas no Diagrama de Ações e Objetivos biênio 2018-2020. Para tanto, a nossa Escola Superior intensificou as atividades de capacitação e treinamento voltados não só para o público interno como também para o externo, reforçando o papel da instituição na educação em direitos.



- ✓ Cursos
- ✓ Ciclo de palestras
- ✓ Workshops
- ✓ Posse popular

28 eventos
promovidos pela Escola

O defensor-geral Alberto Bastos e a diretora da Escola Superior Isabella Miranda em reunião com representantes da Funac



O subdefensor-geral Gabriel Furtado comandou a abertura da VII Semana de Execução Penal



O defensor público Jean Carlos Nunes reunido com povos de religiões de matriz africana para discutir políticas públicas de proteção ao segmento



Grande público prestigia a VII Semana de Execução Penal



A defensoria pública Isabella Miranda e o defensor público Benito Pereira Filho palestram no Ceuma sobre o papel da Defensoria Pública



A defensora pública Lindevania Martins e a diretora da Escola Superior da DPE/MA durante evento sobre empoderamento feminino

10. Mais DPE no interior do Maranhão

O cenário de pobreza que assola o interior do estado tem levado muitas defensoras e defensores públicos a propor e desenvolver projetos que minimizem os impactos dessa desigualdade social nos mais distantes rincões. Além de promover uma maior aproximação com o assistido, investimos em outro grande objetivo da gestão: a sistematização de uma rotina de fomento à solução de conflitos pela via extrajudicial, garantindo eficiência e celeridade.

MAIS PRÓXIMA DO CIDADÃO

A população de Barra do Corda tem experimentado muitos benefícios com projetos desenvolvidos pela Defensoria Pública na comarca daquele município. Um deles é o projeto “Defensoria em sua casa”, que leva atendimento presencial a idosos e pessoas com dificuldade de locomoção ao endereço de moradia desses assistidos.



CONCILIAÇÃO INTENSIFICADA

Pensão alimentícia, divórcio consensual judicial ou extrajudicial e direito de vizinhança são alguns dos casos que a população de Pinheiro está tendo a oportunidade de resolver, sem precisar ingressar com processos na Justiça, por meio do projeto intitulado “Concilia”.



CANAL DE DIÁLOGO

Priorizando a resolução extrajudicial do conflito, o projeto Central de Resolução Extrajudicial de Conflitos (CREC) estabeleceu um canal de diálogo com o Município, encaminhando as solicitações dos assistidos para o órgão envolvido, na perspectiva de contribuir para a redução do índice de processos em trâmite no Poder Judiciário.

11. Diálogo com o cidadão

11.1- Controle social

Instituída em 2012, a Ouvidoria Externa da DPE tornou-se um importante canal de comunicação com a comunidade, onde o cidadão pode manifestar-se de forma livre e direta. À Ouvidoria compete receber sugestões, reclamações, denúncias e elogios, além de solicitar informações de cidadãos (as), defensores (as), servidores (as), representantes da sociedade civil organizada, garantindo os devidos encaminhamentos, acompanhamentos e a devolutiva em tempo hábil. Em 2018, foi a primeira vez que o processo de escolha do ouvidor da DPE contou com ampla participação da sociedade civil.



11.2- Cortesia gera cortesia

Mais uma estratégia de aproximação com o nosso assistido foi colocada em prática pela instituição, sob a coordenação da Corregedoria-Geral. Trata-se da campanha "Cortesia gera Cortesia - Cortesia é dever de todos! Tanto de quem atende, quanto de quem é atendido". A ação é baseada na Lei do Usuário nº 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos.

“Com essa ferramenta, queremos disseminar práticas como a urbanidade, o respeito, a acessibilidade e a cortesia no serviço público”

José Augusto Gabina
Corregedor-geral da DPE/MA



DPE é a única instituição do Sistema de Justiça do Estado com uma Ouvidoria Externa

11.3- Recomendação da OEA

A necessidade de crescimento e interiorização da Defensoria foi apontada no relatório preliminar divulgado pela Comissão Inter-americana de Direitos Humanos, vinculada à OEA, após visita realizada em novembro ao Brasil. Dentre as 71 recomendações contidas no documento, está **“a ampliação do quadro de defensores públicos estaduais e federais, de modo a aumentar sua capacidade de oferecer assistência jurídica gratuita aos segmentos mais vulneráveis da população”**.



O subdefensor-geral Gabriel Furtado e a defensora Cristiane Marques, com o comissário da OEA, Joel Hernandez, durante a visita feita por representantes do organismo internacional ao Maranhão. No mesmo encontro, Gabriel Furtado, acompanhado do defensor Bruno Dixon, apresentam dados sobre a atuação da DPE no sistema prisional estadual

